



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

PARECER Nº
PROCESSO Nº
INTERESSADO:

49/2023/CE/GM
00190.100855/2017-04

ASSUNTO:

Consulta sobre conflito de interesse e o exercício de atividade privada, com o fito de prestar mentoria para concursos e aulas em cursos preparatórios

Prezados(as) Membros da Comissão de Ética,

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de consulta sobre o desempenho de atividade privada, com o objetivo de prestar mentoria para concursos e lecionar aulas em cursos preparatórios, protocolada em 07/08/2023, no Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses - SeCI, sob o nº 00096.016972/2023-15, a ser realizada pelo auditor federal de finanças e controle [REDACTED], ora lotado na Superintendência Regional do [REDACTED] desta Controladoria-Geral da União.

2. Na solicitação apresentada, consoante o art. 2º, inciso II, da Portaria Interministerial MP/CGU nº 333/2013, o requerente indicou as seguintes respostas no formulário disponibilizado:

Protocolo: 00096.016972/2023-15

Tipo de Solicitação: Consulta.

1 - Sua dúvida tem relação com qual (quais) das situações que podem configurar conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal, descritas no art. 5º da Lei nº 12.813/2013:

NÃO SEI IDENTIFICAR.

2 - Descreva a atividade que você pretende exercer fora da administração pública ou a situação que suscita sua dúvida:

Prestações de serviços de mentoria para concursos bem como ministrar aulas em cursos preparatórios.

3 - Você estaria vinculado a outra pessoa, empresa, associação ou organização durante o exercício dessa atividade ou enquanto perdurar essa situação? Se sim, indique o CPF ou CNPJ da pessoa, o tipo de vínculo e demais informações sobre essa pessoa que considera importantes:

Não.

4 - Essa pessoa física ou jurídica mantém algum vínculo com o órgão ou entidade em que você trabalha? Se sim, descreva-o.

Não.

5 - Quais são as atribuições de seu cargo ou emprego público?

Supervisionar e coordenar as atividades de auditoria interna governamental e de apuração; Supervisionar e coordenar inspeções; Supervisionar e coordenar a recepção, a triagem e a instrução das manifestações de ouvidoria, dos requerimentos e dos recursos recebidos pela CGU; Coordenar as ações de supervisão e de orientação dos órgãos e entidades nas atividades de gestão de riscos, auditoria interna governamental, controles internos, prevenção da corrupção, governança, integridade, transparência e acesso à informação, ouvidoria e correição; Avaliar os programas de integridade no âmbito dos acordos de leniência firmados pela CGU; Coordenar a elaboração de diretrizes e planos voltados ao aperfeiçoamento dos sistemas em que a CGU atua como órgão central; Supervisionar a prospecção e o desenvolvimento de soluções de tecnologia que suportem as atividades finalísticas da CGU; Coordenar o processo de elaboração e de validação das informações da Prestação de Contas do Presidente da República e do Relatório de Gestão Fiscal;

Supervisionar e coordenar os trabalhos de comissões de negociação de acordos de leniência; Supervisionar e coordenar ações investigativas; Supervisionar e coordenar as atividades relacionadas aos processos de novação de dívida; Coordenar as atividades de avaliação de desempenho e de supervisão das unidades de auditoria interna, de ouvidoria e de correição dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal; Presidir a condução de processos e procedimentos correccionais avocados pela CGU em razão do disposto nos incisos V e VI do art. 51 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Supervisionar e coordenar a execução de outras atividades de competência da CGU.

6 - Quais atividades você exerce efetivamente em sua atual lotação?

Atividades de auditoria interna governamental.

7 - Você lida ou tem acesso a informações sigilosas ou privilegiadas no exercício de seu cargo ou emprego público? Se sim, descreva-as.

Não.

8 - No desempenho de sua função pública você exerce poder decisório (de forma individual ou enquanto membro de colegiado) capaz de interferir (positiva ou negativamente) nos interesses de pessoa física ou jurídica com quem pretende se relacionar em âmbito privado? Se sim, descreva essa possível interferência.

Não.

9 - Descreva como a situação que suscita sua dúvida ou a atividade que você pretende exercer poderia gerar um conflito entre seus interesses privados e o exercício de sua função pública.

Realizo atividades de mentoria voltadas à preparação para concursos públicos.

10 - A partir das informações prestadas, você gostaria de receber:

Orientação.

3. Em suma, o consulente declarou que está em exercício no órgão de origem, não ocupa cargo em comissão, não tem acesso à informação sigilosa ou privilegiada e não possui poder decisório capaz de interferir nos interesses de pessoa física ou jurídica com quem pretende se relacionar.

4. Sobre o quesito de acesso a informação sigilosa ou privilegiada, dado o acesso normal de Auditores da CGU a bases de dados para a execução de serviços de auditoria, corrigimos a informação fornecida pelo requerente, para "com acesso a informações sigilosas ou privilegiadas", uma vez que todos temos acesso a informações privilegiadas para nosso trabalho de auditoria.

5. Posteriormente acrescentou, respondendo a questionamento enviado pelo Teams, que pretende se associar a empresa do ramo.

6. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

7. No caso específico do exercício de atividades de magistério, ministrar aulas em cursos preparatórios, vigora a Orientação Normativa CGU n.º 02, de 9 setembro de 2014, aplicável aos agentes públicos do Poder Executivo federal. A norma prevê como regra a possibilidade do exercício do magistério por agente público, desde que respeitadas as normas de compatibilidade de horários, de acumulação de cargos e empregos públicos e a legislação específica aplicável ao regime jurídico e à carreira do agente público, como se vê:

Art. 2º **É permitido o exercício de atividades de magistério por agente público**, respeitadas, além do disposto na Lei nº 12.813, de 2013:

I - as normas atinentes à compatibilidade de horários;

II - as normas atinentes à acumulação de cargos e empregos públicos; e,

III - a legislação específica aplicável ao regime jurídico e à carreira do agente.

§ 1º **Por magistério, para fins desta Orientação Normativa, compreendem-se as seguintes atividades**, ainda que exercidas de forma esporádica ou não remunerada:

I - docência em instituições de ensino, de pesquisa ou de ciência e tecnologia, públicas ou privadas;

II - capacitação ou treinamento, mediante cursos, palestras ou conferências; e

III - outras correlatas ou de suporte às dos incisos I e II deste parágrafo, tais como funções de coordenador, monitor, preceptor, avaliador, integrante de banca examinadora de discente, presidente de mesa, moderador e debatedor, observada a proibição do art. 117, X da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Não se inclui entre as atividades de magistério a prestação de consultoria

§ 3º Para efeitos dos incisos I e II do caput deste artigo, no tocante aos servidores estatutários, deve ser especialmente observado o disposto no Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e na Portaria Normativa SEGEP/MP nº 2, de 12 de março de 2012. (nosso grifo)

8. Verifica-se que a atividade está compreendida como exercício de magistério, nos termos do § 1º do art. 2º da Orientação Normativa CGU n.º 02, de 2014, e, por isso, permitida, desde que respeitadas as normas atinentes à compatibilidade de horários, à acumulação de cargos e à legislação específica aplicável ao regime jurídico e à carreira do agente público. Cumpre ressaltar que a respectiva Orientação Normativa faz distinção clara entre a prestação de consultoria a terceiros e o exercício das atividades de magistério.

9. Quanto ao pedido de mentoria para concursos públicos, pontua-se que o objetivo primordial do legislador da Lei de Conflitos de Interesses não foi impor restrições absolutas à liberdade do agente público, senão evitar situações que possam comprometer o interesse coletivo ou o desempenho da função pública. Logo, para que se configure uma situação de conflito de interesses, há de se demonstrar, no caso concreto, como e em que medida as atividades privadas do agente público podem causar prejuízo, seja no desempenho de suas funções seja ao interesse coletivo, tanto aquele referente ao órgão a que se vincula o agente público, como ao público em geral.

10. Os elementos apresentados oferecem uma descrição bastante para a emissão de opinião quanto ao potencial conflito de interesse envolvendo o caso supradito, atendendo aos requisitos de admissibilidade insculpidos no art. 3º, da Portaria Interministerial n.º 333, de 19 de setembro de 2013, quais sejam: **(i)** a identificação do interessado, **(ii)** referência a objeto determinado e diretamente vinculado ao interessado; e **(iii)** a descrição contextualizada dos elementos que suscitam a dúvida.

11. O servidor se reporta a sua pretensão de exercer atividade privada, mais especificamente, para a mentoria em concursos públicos. Outrossim, nega a existência de conflito de interesse.

12. É cediço que a mentoria, nos padrões supradelimitados, constitui-se em uma modalidade de colaboração profissional estratégica para concursos públicos, normalmente, associada à área de gestão de pessoas, com nítido viés de docência especializada.

13. Sobre o caso, note-se a particularidade de ser uma atividade sem horário definido, pois cuida, a rigor, de orientação acadêmico-profissional preparatória em termos de desempenho pessoal. Destarte, *prima facie*, não se vislumbra a caracterização de comércio generalizado como defeso, explicitamente, no art. 117, inciso X, da Lei nº 8.112/90, tampouco da consultoria clássica, vedada, explicitamente, no art. 2º, §2º, da Orientação Normativa CGU nº 2, de 9 de setembro de 2014.

14. Acerca da atividade proposta, cumpre elencar eventuais normativos aplicáveis à espécie, quais sejam: a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, no que diz respeito à vedação de atuação em casos de conflito de interesses; e as disposições da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no que concerne ao dever de o servidor guardar sigilo sobre "assunto da repartição" (art. 116, VIII) e à proibição de "revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo" (art. 132, IX).

15. Nesse diapasão, reputa-se fundamental transcrever, *in totum*, o art. 3º, da Lei nº 12.813/2013, *in verbis*:

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:

*I - **conflito de interesses**: a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou **influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública**; e*

*II - **informação privilegiada**: a que diz respeito a assuntos sigilosos ou aquela relevante ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo federal que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público. (grifos nossos).*

16. No que toca ao imperativo de agir de modo a prevenir ou impedir possível conflito de interesses na atuação da função pública, reproduz-se, integralmente, o art. 4º, do mesmo diploma normativo, a saber:

Art. 4º O ocupante de cargo ou emprego no Poder Executivo federal deve agir de modo a prevenir ou a impedir possível conflito de interesses e a resguardar informação privilegiada.

§ 1º No caso de dúvida sobre como prevenir ou impedir situações que configurem conflito de interesses, o agente público deverá consultar a Comissão de Ética Pública, criada no âmbito do Poder Executivo federal, ou a Controladoria-Geral da União, conforme o disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei.

§ 2º A ocorrência de conflito de interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público, bem como do recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público ou por terceiro. (grifos nossos).

17. Ainda, com vistas a facultar a hermenêutica da matéria, impende trasladar seu art. 5º que especifica situações de conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego, no âmbito do Poder Executivo Federal, *ipsis litteris*:

Art. 5º Configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas;

II - exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;

III - exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;

IV - atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão;

VI - receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e

VII - prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

Parágrafo único. As situações que configuram conflito de interesses estabelecidas neste artigo aplicam-se aos ocupantes dos cargos ou empregos mencionados no art. 2º ainda que em gozo de licença ou em período de afastamento. (grifos nossos).

18. Outrossim, cabe ressaltar que as disposições da Lei nº 12.813/2013 abarcam todos os servidores públicos federais, *latu sensu*. Por conseguinte, há de se observar a necessária compatibilidade de horários, considerando a possibilidade de trabalho remoto em PGD, e a vedação absoluta ao comprometimento do desempenho das atribuições inerentes ao cargo público em exercício nesta Controladoria-Geral da União.

19. A atuação enquanto sócio-cotista, pretendida pelo servidor, pressupõe a necessidade de que outra pessoa seja nomeada administradora, pois, ao requisitante, na qualidade de servidor público federal, é defeso "participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário", consoante impedimento explícito no art. 117, inciso X, da Lei nº 8.112/90.

21. Outrossim, caso no desenvolvimento da atividade de sócio-cotista, logre-se incorrer em qualquer das condutas vertidas no art. 5º, da Lei nº 12.813/2013, ou, mesmo genericamente, comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública, restar-se-á caracterizado o conflito de interesses.

23. Nesse mesmo sentido, por derradeiro, à luz do Decreto nº 1.171/1994, em eventual realização de atividade privada, ainda que não haja conflito de interesses, não se permite ao servidor, em nenhuma hipótese, a utilização de quaisquer recursos da CGU, nem sequer vincular a imagem da instituição ao serviço prestado ou mesmo falar em nome da CGU, representar interesses particulares no órgão, tanto menos "exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso".

III - CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, sob escólio do art. 8º, inciso IV, da Lei nº 12.813/2013, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/CGU nº 333, particularmente no art. 6º, §2º, combinado com o disposto na Portaria CGU nº 2.120/13, **opina-se pelo afastamento de potencial conflito de interesses relevante, desde que observados os limites estritos da consulta, os documentos que a respaldam e as considerações específicas consignadas.**

25. Alfim, diante do interesse de esta Comissão de Ética prover aos servidores a melhor orientação, sugere-se que, ao registro da decisão no SeCI, seja apensado o presente relatório e que seja esclarecido à chefia do consulente que o vertente parecer e sua deliberação ulterior **não excluem da alçada hierárquica as responsabilidades e as competências relativas ao acompanhamento de jornada de trabalho e de desempenho funcional por parte do requerente.**

26. Salvo melhor juízo, é o parecer.

27. À Comissão de Ética, para apreciação e deliberação.

KEILLA EUDOKSA VASCONCELOS LEITE

Membro titular - Relatora

EXTRATO DE DELIBERAÇÃO

Certifico que a Comissão de Ética analisou o processo e aprovou, por unanimidade, o Parecer nº 49/2023/CE/GM com reunião não presencial via Teams. Tal decisão, cujo resumo a seguir será publicado na página da Comissão na IntraCGU, verificou a inexistência de conflito de interesses relevante para o exercício da atividade privada de mentoria em concursos públicos e ministrar aulas em cursos preparatórios, enquanto sócio-cotista de empresa do ramo.

Trata-se de processo instaurado por servidor(a) com apresentação de consulta sobre o exercício de atividade privada de prestar mentoria em concursos públicos e ministrar aulas em cursos preparatórios, enquanto sócio -cotista de empresa do ramo. Em princípio, a relatora entendeu que os elementos apresentados pelo(a) servidor(a) oferecem uma descrição suficiente para a emissão de opinião quanto a potencial conflito de interesse, conforme requisitos do art. 3º da Portaria Interministerial MP/CGU n.º 333/2013. Adiante, à luz das informações prestadas, sugeriu-se o encaminhamento de orientações gerais ao servidor ressaltando a tipificação legal do conflito de interesses, além da necessidade do não comprometimento das atividades do seu cargo público e a compatibilidade de horários, caso decida pela realização de qualquer atividade privada remunerada. Proposta a manifestação pela inexistência de potencial conflito de interesses relevante, com a observância das cautelas descritas, a Comissão decidiu por unanimidade acatar o parecer da relatora.

CÉSAR FONSECA RAMALHO

Secretário-Executivo da Comissão de Ética



Documento assinado eletronicamente por **CESAR FONSECA RAMALHO**, Secretário-Executivo da **Comissão de Ética**, em 24/08/2023, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **KEILLA EUDOKSA VASCONCELOS LEITE**, **Auditor Federal de Finanças e Controle**, em 24/08/2023, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO SILVA JUNIOR**, **Membro Titular**, em 24/08/2023, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 2924772 e o código CRC 49E7DF34

Referência: Processo nº 00190.100855/2017-04

SEI nº 2924772